

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

Graduação em Ciências Econômicas

MONOGRAFIA –133141 – 1º/2013

Aluna: CLARICE CARVALHO LIMA VENTURELLI

Matrícula: 08/24704

Professor Orientador: Carlos Alberto Ramos

UMA ANÁLISE DA DESIGUALDADE DE RENDA NO BRASIL E AMÉRICA
LATINA

Índice

Introdução	1
Capítulo 1: Pobreza e Desigualdade – Aspectos Teóricos	3
1.1: Teoria do Capital Humano	3
1.2: Educação	4
1.3: Desigualdade de Renda e Estágio de Desenvolvimento	6
1.4: Salário Mínimo	8
Capítulo 2: Pobreza e Concentração de Renda na América Latina – Uma Síntese das Últimas Duas Décadas	10
2.1: Programas de Transferência Condicionada de Renda na América Latina	11
2.2 Salário Mínimo	13
2.3 Mercado Formal	15
Capítulo 3: A Queda da Pobreza e Desigualdade no Brasil	17
3.1 A Recuperação do Poder de Compra do Salário Mínimo	17
3.2 Valorização do Salário Mínimo	19
3.3 Bolsa-Família	20
3.4 A Formalização do Mercado de Trabalho	23
Conclusão	25

Introdução

A desigualdade de renda é um tema recorrente e muito estudado por economistas e cientistas sociais, devido ao seu grande impacto na economia e na vida das pessoas. Por conta disso, grande parte dos formuladores de políticas econômicas estudam políticas e soluções para diminuir tal desigualdade.

No Brasil, a primeira década do século XXI, foi marcada por melhora da distribuição de renda. Tal melhora ocorreu, principalmente, devido a três fatores: implantação do Bolsa Família – que beneficiou principalmente as famílias da base da distribuição de renda –, a política de valorização do salário mínimo, e a entrada de mais trabalhadores no setor formal da economia. Outras melhorias vistas na economia brasileira, como o fim da dívida externa, o crescimento estável do PIB e o controle da inflação também contribuíram para o crescimento da igualdade de renda.

Logo, pode-se perceber que um ambiente favorável ao crescimento econômico, políticas favoráveis ao mercado de trabalho e programas de transferência de renda criaram um círculo virtuoso no Brasil, gerando mais crescimento econômico e melhor distribuição de renda para a população.

Assim como no Brasil, notou-se aumento da igualdade de renda nos países da América Latina como um todo, durante o primeiro decênio do século XXI. As razões que permitiram tal queda, em maior ou menor intensidade, também foram as transferências condicionada de renda e mudanças no mercado de trabalho.

O objetivo desta monografia é fazer uma breve revisão bibliográfica sobre a queda da desigualdade de renda na América Latina e, principalmente, no Brasil. Quais seriam os fatores e porque eles ajudaram a diminuir o índice de Gini numa região com situações tão adversas.

A monografia esta estruturada da seguinte maneira: além desta breve introdução, ela possui mais três capítulos e uma conclusão. O primeiro capítulo trata dos aspectos teóricos dos fatores que contribuíram para a redução da desigualdade. O segundo capítulos traz uma breve revisão bibliográfica sobre a queda da desigualdade na América Latina em geral, com destaque para países como Argentina, Chile e México. O terceiro e último

capítulo trata dos fatores que fizeram a desigualdade de renda decrescer no Brasil.

Capítulo I: Pobreza e Desigualdade – Aspectos Teóricos

O tema desigualdade econômica e pobreza é um assunto estudado em diversas áreas das ciências humanas. No Brasil, pesquisadores das áreas de Economia, Sociologia, Serviço Social, entre outras procuram explicar as razões para as quedas que vem ocorrendo nos últimos anos no índice de Gini e na pobreza – um dos principais medidores de desigualdade econômica.

Entretanto, para se chegar às conclusões dos motivos das quedas mencionadas anteriormente, é necessário estudar a teoria, que tenta explicar, as origens da desigualdade de renda. Quais os motivos para certos países, por exemplo os da América Latina, terem disparidades tão grandes nas rendas? Por que a diminuição da desigualdade de renda nem sempre acompanha o crescimento econômico de um país? Essas são algumas das questões que teóricos do desenvolvimento tentam responder. Neste capítulo, será estudado a teoria do capital humano e suas implicações para a educação, e será estudado, também, a teoria do salário mínimo.

A primeira parte do capítulo explica a Teoria do Capital Humano. Em seguida, os motivos para a educação explicar a desigualdade entre salários são explicitados. O terceiro tópico do capítulo relaciona o estágio de desenvolvimento de um país com o seu nível de desigualdade de renda. Por último, a mostra-se a política do salário mínimo.

1. Teoria do Capital Humano

Para explicar os vínculos entre produtividade e renda dos trabalhadores, os teóricos neoclássicos utilizam a Teoria do Capital Humano. Ela diz que o determinante dos salários é a produtividade. Essa produtividade tem duas origens: uma que é inerente a cada indivíduo (dependem de características genéticas), e que não é motivo de estudos para a economia. E a segunda que é o conjunto de habilidades adquiridas.

As habilidades adquiridas são frutos de investimentos que indivíduos ou firmas fazem para aumentar a produtividade. Exemplos de habilidades adquiridas são: educação superior, treinamentos, experiência, especializações etc. Assim, ocorre um *trade-off* para melhorar a produtividade, pois, deve-se incorrer em custos para adquirir novas

habilidades ou melhorar as que já possui, antes que se possa colher os benefícios do aumento dessa produtividade.

No tocante às habilidades adquiridas, o capital humano é dividido em dois grupos, o capital humano geral e o capital humano específico. O primeiro diz respeito à formação de técnicas básicas que são necessárias para a realização de quase todas as atividades, como a alfabetização. A alfabetização é adquirida através da educação básica, que no Brasil é universal.

Já o capital humano específico é aquele investimento no qual a pessoa procura se diferenciar das demais, pois ela se especializa em um determinado assunto ou tarefa. O caminho mais direto para a especialização é por meio da experiência. Entretanto, a educação também é importante para o capital humano específico, pois quanto mais anos de estudo, maior será o nível de especialização. A aquisição de capital humano específico depende da aquisição do capital humano geral.

A Teoria do Capital Humano explica a desigualdade de renda por meio das diferenças de produtividade entre pessoas em idade ativa. As duas principais razões para a desigualdade de renda são o meio social em que a pessoa nasce e o entorno familiar dela. Essas características são relevantes, pois determinam a quantidade de educação – e conseqüentemente a quantidade de capital humano – que a pessoa receberá.

O meio social determina as oportunidades que o indivíduo pode vir a ter, pois ele influencia a qualidade e a quantidade da educação. O meio familiar influencia também, pois a quantidade e qualidade de educação a ser recebida depende de uma série de fatores como a renda da família, o nível de educação dos pais e o tamanho da família, que são as características que possuem maior peso.

2. Educação

Como visto, a educação é a principal base para a aquisição de capital humano e de maiores rendimentos. Logo, a desigualdade de renda pode ser explicada pelo nível educacional médio de um país. Assim, uma média educacional baixa significa que indivíduos que possuem educação, mesmo

que um pouco maior que a média, receberão salários maiores que a maioria da população.

Para explicar a desigualdade de renda, a educação pode ser dividida entre características individuais e características familiares. As características individuais são: o nível educacional médio (explicado acima); a dispersão da educação; diferenças de ganhos por nível educacional; e suas diferenças qualitativas.

A dispersão pode ser percebida entre gerações e dentro as gerações. A diferença de anos de educação entre gerações ocorre devido ao grau de desenvolvimento que um país se encontra. Em regra, quanto maior o grau de desenvolvimento, maior será a tendência de uma geração mais nova possuir média de anos de educação superior à da geração anterior. A diferença de anos de estudo dentro de uma geração acontece devido às oportunidades de estudos, que não são iguais para as classes sociais. Aqueles que conseguem obter mais anos de estudo terão mais chances de conseguir salários melhores.

A qualidade da educação teria que ser um fator importante, pois o mercado de trabalho diferencia os trabalhadores dando melhores salários para aqueles que tiveram educação melhor. No Brasil percebe-se uma baixa qualidade na educação básica pública, fator que contribui para a alta dispersão entre o ensino básico e médio, e também para a alta taxa de repetência nas escolas públicas¹. Entretanto, há inversão de papéis quando se chega ao ensino superior. As universidades mais prestigiadas são as públicas, enquanto que as privadas são consideradas de qualidade inferior, de acordo com avaliações do Ministério da Educação².

As características familiares da educação que marcam a desigualdade de renda são: taxa de participação da mãe no mercado de trabalho; anos de educação dos pais; anos de educação que os filhos provavelmente terão; e o número de filhos. Essas características estão intimamente ligadas com a desigualdade de renda futura.

A participação da mulher no mercado de trabalho depende de alguns fatores como educação; número de filhos; se é casada; e classe social (renda

¹Marchelli (2010). E Gavin et al. (1999).

²Rothen e Barreyro (2010).

familiar). A probabilidade de uma mulher com pouca educação, grande número de filhos, casada e pertencente à base da pirâmide social se encontrar na força de trabalho é inferior, se comparada à uma mulher de mesma idade, mas com mais educação, menos filhos, sendo casada e pertencente ao topo da pirâmide social. Quando mulheres do perfil socioeconômico de classes menos favorecidas estão inseridas no mercado, elas geralmente fazem parte do setor informal e ganham menos que mulheres do setor formal e homens em qualquer um dos dois setores³.

Os anos de educação dos pais influenciam na educação dos filhos. Sem estímulos externos e com baixa quantidade de educação, sendo ela de baixa qualidade, a tendência do filho é obter a mesma quantidade de educação dos pais⁴. Assim, os anos de educação que os filhos provavelmente terão depende dos anos de educação dos pais.

O número de filhos é uma característica estritamente correlacionada ao nível de renda da família. Apesar da clara tendência de queda na taxa de natalidade observada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)⁵, as classes menos favorecidas ainda possuem mais filhos que as classes mais abastadas.

3. Desigualdade de Renda e Estágio de Desenvolvimento

Assim, nos estágios iniciais de desenvolvimento até determinado ponto, a desigualdade cresce junto com o desenvolvimento. Entretanto, em um momento a relação desigualdade e desenvolvimento passa a ser negativa, portanto à medida que o país se desenvolve, a desigualdade encolhe.

A relação entre desigualdade e desenvolvimento pode ser dividida em cinco tópicos: acumulação de capital; progresso educacional; transição demográfica; urbanização; e formalização.

Para a teoria neoclássica, o desenvolvimento é em essência, a fonte de produtividade de capital. A partir da curva de Kuznets, pode-se concluir que inicialmente, uma maior acumulação de capital leva à maior desigualdade, no

³Gavin et al. (1999).

⁴Gavin et al (1999).

⁵ <http://saladeimprensa.ibge.gov.br/en/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=2018>(v isualizado em 26/04/2013).

entanto essa relação se inverte posteriormente. O capital é dividido em dois: físico e humano. Nos estágios iniciais de desenvolvimento, o capital físico é escasso, pois a classe industrial é pequena. Entretanto aos poucos o capital físico se tornará abundante, devido ao crescimento da classe industrial e surgimento de novas fábricas. Assim, quanto mais o capital físico for abundante, menor será o retorno do seu investimento. Por outro lado, maior será o retorno do capital humano.

O capital humano, como visto se dá através do progresso educacional. Nos estágios iniciais do desenvolvimento, de acordo com a teoria, o nível educacional do país é baixo. Assim, grupos sociais com maior poder aquisitivo, têm mais anos de educação, e nesse primeiro momento, como o capital humano tende a ser baixo, esses indivíduos possuem salários maiores que a média. À medida que o desenvolvimento contribui para o progresso educacional, e a média de anos de educação aumenta, as diferenças de salários entre diferentes níveis educacionais diminui. Assim, o desenvolvimento passa a contribuir para maiores níveis de educação e de capital humano.

O desenvolvimento contribui com o aumento da participação da mulher no mercado de trabalho, que está diretamente relacionado com a transição demográfica. Como o desenvolvimento leva a aumentos na demanda por trabalho, a participação da mulher nele amplia a tendência dela ter menos filhos. O fator educação também contribui para a queda observada nas taxas de natalidade.

O processo de desenvolvimento tem como consequência a urbanização. Assim, a urbanização facilita o acesso aos serviços básicos como saúde e educação, gerando efeito propenso à igualdade dentro da cidade. Mas em relação ao campo, gera desigualdade. À medida que o processo de urbanização cresce, as diferenças de ganhos entre urbano e rural passa a afetar apenas uma pequena parcela da população.

Nem sempre o desenvolvimento vem acompanhado de um setor formal robusto. As parcelas mais pobres da população, que possuem pouco capital humano, estão geralmente inseridas no setor informal de trabalho, já que este requer poucas habilidades específicas. Há diferenças de salários entre os setores formal e informal, o que geram disparidades nas rendas. Como a

formalização não é um processo “natural”, é necessário estímulos para que mais pessoas sejam inseridas no mercado formal.

4. Salário Mínimo

Ao contrário da teoria apresentada anteriormente, que mostra que o salário é altamente correlacionado à produtividade, e que a educação tem fortes efeitos sobre tal produtividade, no Brasil e em diversos países, uma política do salário mínimo é adotada. Esta política é uma contradição à teorianeoclássica, pois alguns salários não possuem respaldo na produtividade. Além disso, os trabalhadores com menos educação tem maior poder de barganha sobre os salários. Isto leva a aumentos nos salários sem ter respectivos aumentos na produtividade. Em termos da última, as firmas podem ser prejudicadas.

Entretanto, economistas a favor da política do salário mínimo afirmam que um nível ideal de salário mínimo pode contribuir para menor desigualdade, mesmo que a magnitude do salário mínimo seja pequena. Para que o salário mínimo aumente a renda dos mais pobres é necessário que três condições sejam cumpridas: não afetar a demanda agregada de trabalho; os níveis de conformidade com a legislação devem ser altos (deve-se respeitar à lei); e o salário mínimo deve cobrir um grupo substancial dos trabalhadores que não possuem muito capital humano. Caso não haja sucesso no cumprimento de tais condições, as consequências podem ser: evasão fiscal das empresas; aumento do desemprego; ou a não alteração na renda dos mais pobres.

Se o salário mínimo for muito baixo, a consequência será a não alteração na renda da classe mais pobre. Mas se o salário mínimo for estabelecido em um nível alto, as consequências podem ser o desemprego dos mais pobres, pois os que já estão inseridos no mercado de trabalho que serão os beneficiados; e a evasão fiscal das empresas.

A rigidez da legislação trabalhista não contribui para a inserção da classe mais pobre no setor formal do mercado de trabalho. Esta legislação, na verdade, protege quem já faz parte deste setor. Assim, a legislação trabalhista rígida se impõe em mais uma dificuldade para indivíduos de

classes menos favorecidas conseguirem entrar no mercado de trabalho formal.

Capítulo II: Pobreza e Concentração de Renda na América Latina – Uma Síntese das Últimas Duas Décadas

A América Latina é a região com os maiores índices de Gini do mundo, salvo alguns países africanos.⁶ Porém, entre as décadas de 1950 e 1970 a realidade era diferente. O índice de Gini da região se assemelhava ao índice da região do Sudeste Asiático, mas devido a diferentes modelos de crescimento econômico adotados entre os países dessas regiões, o Sudeste Asiático conseguiu fortalecer suas economias sem grandes aumentos na desigualdade de renda.

Já a América Latina, com crescimento econômico baseado na substituição de importações ou baseado na exportação de produtos primários viu a desigualdade de renda aumentar na maioria dos países. A abertura econômica do período das ditaduras militares também contribuiu para o aumento do índice de Gini.

A partir da década de 1980 houve grande crescimento do endividamento externo e da inflação na região. Além do cenário macroeconômico desfavorável, a volta à democracia, reorganização política e grandes disparidades sociais foram alguns dos desafios que marcaram esta década e a seguinte.

Do ponto de vista econômico, alguns governos, como o chileno, optaram por abertura econômica, o que gerou grande crescimento, mas também, aumento da desigualdade social. Outros governos, como o mexicano, optaram por menor crescimento e redução das desigualdades de renda.⁷

A partir de meados da década de 1990 até o fim do primeiro decênio do século XXI, os Governos obtiveram alguns êxitos importantes no combate à desigualdade de renda. Será estudado a seguir, os programas de transferência condicionada de renda, em seguida o salário mínimo e por último, o setor formal da região.

O capítulo se dispõe da seguinte maneira: a seguir há uma breve exposição dos programas de transferência condicionada de renda pela

⁶Gavin et. al. (1999).

⁷Soares, Osório, Soares, Medeiros e Zepeda (2007).

América Latina. A seguir as políticas de valorização do salário mínimo são discutidas. Por último, o mercado de trabalho formal é destacado.

1. Programas de transferência condicionada de renda na América Latina

Os programas Chile Solidário, do Chile, e o Oportunidades, do México, serão avaliados neste primeiro momento.

O programa Chile Solidário foi implantado em 2002 com o objetivo de atender às 225 mil famílias extremamente pobres que o governo chileno estipulava ter em seu país. Este programa é dividido em três condições: a família beneficiária é apoiada por um assistente social, ela recebe subsídios monetários, e possui acesso prioritário a outros programas de proteção social. O apoio do assistente social e o benefício monetário *Bono de protección a la familia* possuem validade de dois anos.

Para ingressar no Chile Solidário, as famílias devem preencher um formulário que é pontuado baseado em quatro grupos de componentes: condições de moradia, educação, inserção no mercado de trabalho, e renda. Somente após a apresentação do formulário é que o assistente social faz a visita à família. Como no Brasil, a mulher fica responsável por receber o subsídio monetário.

O objetivo do programa é retirar as famílias da pobreza. Se isso ocorre antes de dois anos, os benefícios são cancelados, senão, após os dois anos do recebimento do *Bono de protección*, a família passa a receber o *Subsidio Único Familiar*. Uma curiosidade do *Bono* é que o seu valor é decrescente, e de seis em seis meses o valor dele diminui.

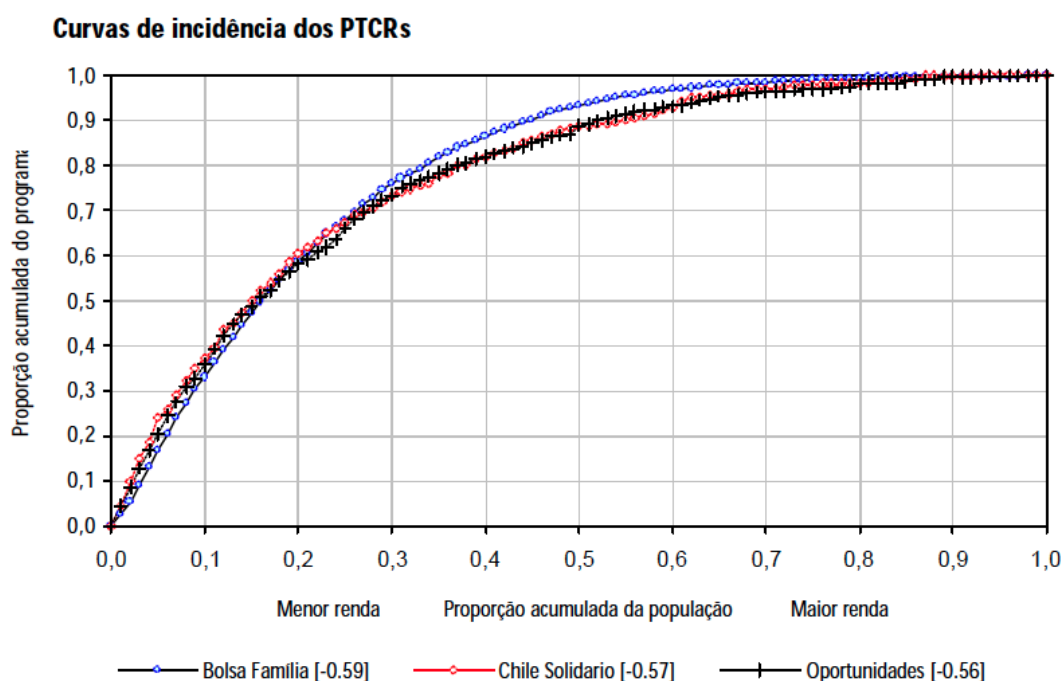
O programa mexicano *Oportunidades* começou em 1997. Inicialmente, o foco eram famílias pobres de localidades rurais em que haviam escolas e postos de saúde. O programa foi estendido aos poucos e em 2004, o número de beneficiados passou para cinco milhões. O processo de identificação dos beneficiários é dividido em três fases: a primeira é a classificação de municípios em cinco categorias de acordo com um índice de marginalidade econômica e social, depois é feita a escolha de domicílios

dentro de cada município mediante o método estatístico de análise de discriminantes, e por último é feita a validação dos beneficiários.

A transferência monetária do programa mexicano contém três componentes, sendo um incondicional e dois condicionados. A transferência incondicional é feita às famílias que possuem idosos. As duas transferências condicionadas dependem de alguns fatores como a participação da mãe da família em palestras sobre saúde e nutrição, e a assiduidade das crianças na escola e visitas ao posto de saúde.

De acordo com Soares et al. (2007) os programas de transferência condicionada de renda chileno e mexicano são bem focalizados. Os autores afirmam que aproximadamente 60% dos recursos se destinam aos 20% mais pobres. O gráfico a seguir, retirado do artigo, mostra as curvas de incidências dos dois programas, mais o Bolsa Família brasileiro.

Gráfico 1.



Fontes: Pnad (2004); Casen (2003); Enigh (2004).

Em relação ao índice de Gini, verificou-se que no Chile, entre os anos de 1996 e 2003, o índice permaneceu praticamente estável, tendo pouca variação. Um motivo para tal estabilidade seria o baixo valor das transferências condicionadas de renda chilenas e o pequeno número de beneficiários. Já no México, o índice de Gini reduziu em aproximadamente 5%, entre os anos de 1996 e 2004. Além do programa *Oportunidades*, uma

melhora do cenário macroeconômico também contribuiu para a queda da desigualdade de renda.⁸

O programa mexicano *Oportunidades* foi responsável por 21% da queda da desigualdade no período acima mencionado. Já o programa chileno *Chile Solidario* foi responsável por 15% da queda, entretanto, como a queda no índice de Gini foi ínfima, tal queda perde importância.⁹

Em relação ao restante dos países do Mercosul (com exceção do Brasil e Chile) também há programas de distribuição condicionada de renda. Na Argentina, seus respectivos programas (*Jefes de Hogar* e *Plan Familias*) foram implantados após a forte crise econômica do começo do século XXI. Enquanto na Argentina foram atendidas dois milhões de famílias em 2008, no Paraguai e Uruguai o número não chega a cem mil famílias. Nos três casos, a condição para receber o auxílio é as crianças estarem na escola e terem acompanhamento nos postos de saúde. No caso Venezuelano, a transferência de renda não é condicionada, ela é um subsídio alimentar, que correspondeu, em 2008, a 40% da cesta básica.¹⁰

Os países que fazem parte da Comunidade Andina também possuem programas de transferência condicionada de renda. Para todos os países, as famílias participantes dos programas devem matricular as crianças em escolas, além delas terem acompanhamento médico em postos de saúde. Os países da América Central que também possuem programas de transferência seguem os mesmos pré-requisitos.¹¹

A característica que une todos os programas de transferência condicionada de renda dos países da América Latina é o baixo valor da bolsa transferida.

2. Salário Mínimo

Durante a década de 1990 os salários mínimos na América Latina sofreram, no geral, desvalorizações reais. A tendência dos países para a abertura econômica ocorrida na década de 1990 levou ao enfraquecimento

⁸Soares, Osório, Soares, Medeiros e Zepeda (2007).

⁹Idem.

¹⁰Mattei (2010)

¹¹idem.

das instituições trabalhistas, além de desvalorizações reais do salário mínimo, e aumento no desemprego da região. Lustig et al. (2011) procuram avaliar quais os fatores do mercado de trabalho que reduziram a desigualdade de renda na Argentina.

Na Argentina, a década de 1990 foi marcada por uma forte liberalização econômica, que incluiu enfraquecimento das instituições de proteção ao trabalhador e dos sindicatos, além de limitação da seguridade social. Dessa forma, nessa década o índice de Gini passou de 0,465 para 0,532. Uma das principais causas para a piora no índice foi o aumento da diferença de salários entre a mão-de-obra qualificada e não qualificada. Nesse período, a taxa de desemprego passou dos 20%.¹²

Após as reformas de 2002, o Governo Argentino passou a intervir mais na economia. O índice de Gini, entre 2002 e 2009, apresentou queda e passou de 0,532 para 0,448, o que é menor que o índice pré liberalização econômica. As diferenças salariais entre os trabalhadores qualificados e não qualificados diminuiu, contribuindo com 67% da queda registrada no índice de Gini (Lustig et al., 2011).

A recuperação da economia ajudou na queda da diferença salarial, pois contribuiu com o aumento da demanda por emprego, diminuindo a taxa de desemprego para 8%.¹³ O governo, a favor dos sindicatos e dos trabalhadores, valorizou e fortaleceu o salário mínimo real. A valorização do salário mínimo coincidiu com o período de queda na desigualdade de salários, portanto ele é uma das variáveis explicativas para tal fator.¹⁴

Nos outros países da América Latina houve melhora no mercado de trabalho em geral, entre os anos de 2003 e 2008, devido ao fortalecimento das instituições do trabalho e da queda no desemprego. Os governos procuraram valorizar os salários mínimos reais através de políticas contínuas, e não apenas pontuais. Entretanto, apesar de o desemprego na região ter diminuído, ele permanecia alto em 2008, por volta de 8%. (Bertranou et al., 2011).

¹²Lustig et al. (2011).

¹³Lustig et al. (2011).

¹⁴Lustig et al. (2011).

3.Mercado Formal

Em 2009 na América Latina, a proporção de trabalhadores pertencente ao setor informal da economia era de 50% da força de trabalho (Maurizio R., 2012). O mercado de trabalho da região é altamente heterogêneo, contendo pouca competitividade e produtividade. Além disso, a segmentação e discriminação da renda estão combinados com grandes diferenças nos salários de diferentes níveis educacionais.

Apesar da grande incidência do setor informal na América Latina, a última década registrou uma diminuição do setor informal para a região em geral. Apenas o México e El Salvador registraram aumento no número de trabalhadores do setor informal. No Chile, a proporção entre o setor formal e informal permaneceu constante. Algumas razões para a recente queda da informalidade são o recente crescimento econômico da região, a simplificação e redução de impostos para pequenas e microempresas, e melhoras na inspeção do trabalho.¹⁵

Mattei (2010) avalia as diferenças salariais entre os setores formal e informal para cinco países durante a primeira década do século XXI. No Uruguai, Chile e Paraguai, a diferença média de salário entre os dois setores diminuiu. Já na Argentina e México, a diferença média aumentou. Devido à valorização do salário mínimo na Argentina e no Uruguai, as diferenças entre salários de trabalhadores formais e informais da base da pirâmide de renda também cresceu.

Através de uma decomposição do índice Theil, que compara a queda da informalidade e da desigualdade, Mattei (2010) mostra que, de fato, a queda da informalidade na Argentina, Uruguai e Paraguai, a redução do número de trabalhadores do setor informal contribuiu para a queda no índice de Gini. No Chile, onde a proporção permaneceu constante, e no México, onde o setor informal aumentou, tiveram efeito negativo do setor informal sobre a desigualdade.

A renda do trabalho explica, para a região latino americana, entre 70% e 80% do total da renda de uma família. Assim sendo, devido à recente entrada de mais trabalhadores no setor formal da maioria dos países, o salário

¹⁵Mattei (2010).

advindo do trabalho contribui para o aumento da renda familiar, diminuindo a desigualdade de renda. O crescimento significativo da renda do trabalho em alguns países evidencia a queda do setor informal.¹⁶

¹⁶Mattei (2010).

Capítulo III: A Queda da Pobreza e Desigualdade no Brasil

O Brasil, entre os países da América Latina, é o que possui um dos maiores índices de desigualdade de renda. Entre os anos de 1980 e meados dos 1990, o índice de Gini, em plena trajetória ascendente, chegou a encostar na casa de 0,60.¹⁷ Razões para esta alta foram diversas, como a disparada da inflação, e as consequências do endividamento externo, que acabaram por prejudicar a economia brasileira no geral.

Entre a segunda metade dos anos 1990 e a primeira década do século XXI, o Brasil foi marcado por mudanças na economia brasileira, fazendo o índice de Gini cair em média 0,7 pontos (Soares, S. 2010). Os três principais fatores que contribuíram para esta recente queda da desigualdade são: o aumento do salário mínimo, o bolsa-família e o aumento da formalidade no mercado de trabalho. A seguir serão estudados cada um deles.

Este capítulo discutirá os três fatores acima e está dividido em quatro partes como seguem: primeiro será tratado da recuperação do poder de compra do salário mínimo, a seguir haverá uma breve exposição sobre a valorização dele, depois se discutirá o Bolsa-Família, e por último, o setor formal do mercado de trabalho será exposto.

1. A Recuperação do Poder de Compra do Salário Mínimo

O Brasil das décadas de 1980 e 1990 viu o salário mínimo perder muito do seu valor real de compra, chegando, em 1995 a 66% do seu valor real do ano de 1980¹⁸. Mas, com o processo de estabilização da inflação através da implementação do Plano Real, o salário mínimo passou por aumentos, resultando em melhorias distributivas. Assim, a estabilidade monetária contribuiu para melhorar os rendimentos médios dos trabalhadores.

A sistemática política de valorização do salário mínimo, a partir de 1997, afetou tanto o mercado de trabalho quanto as transferências previdenciárias. Tal valorização não beneficiou apenas aqueles que ganhavam o salário mínimo, mas também surtiu efeito para aqueles extratos da população que

¹⁷Soares (2010).

¹⁸Rocha (2012).

ganhavam em torno de um salário mínimo. Apenas os extratos com rendimentos reais maiores que um salário mínimo que perderam rendimentos reais, o que não deixou de contribuir para a melhoria da desigualdade de renda (Rocha 2012).

De todos os extratos que compõem a renda total, o rendimento proveniente do trabalho foi o principal responsável pela redução da desigualdade no Brasil, pois ele corresponde, em média, a três quartos do total da renda familiar. No período de 1995 até 2009, o salário mínimo foi responsável por 21% da queda da desigualdade.¹⁹

Se for levado em conta os coeficientes de concentração²⁰ do índice de Gini (o quão regressiva ou progressiva uma parcela da renda pode ser), a importância do salário mínimo fica ainda mais clara. Entre os anos de 1995 e 2009 o coeficiente de concentração do salário mínimo subiu de -0,16 para -0,09. Assim, este coeficiente é progressivo, porque ele está abaixo do coeficiente do índice de Gini e é negativo.

A partir de 2004, com a melhoria do cenário macroeconômico brasileiro e retomada do crescimento econômico, ocorre uma aceleração na queda da desigualdade em relação ao rendimento do trabalho. Tal aceleração acontece por conta dos contínuos ganhos reais nos salários, que ocorrem com maior intensidade nas parcelas mais pobres da população. A crise de 2008 não surtiu grandes efeitos no Brasil, devido ao mencionado cenário macroeconômico favorável da época.

Em conjunto com o crescimento econômico e a política de valorização do salário mínimo observada no período, o crescimento médio dos anos de estudo da população também contribuiu para a queda da desigualdade. Verifica-se desde 2001 que a desigualdade educacional (diferença de anos de estudo entre parcelas da população) está em queda (Rocha 2012). Caso

¹⁹Soares (2010).

²⁰De acordo com Soares (2010), o índice de Gini pode ser decomposto por fonte de renda, através dos coeficientes de concentração. "Isto se faz mediante o uso do coeficiente de concentração, que indica quão regressiva ou progressiva é uma fonte de renda. Quanto mais regressiva (pró-rico) é uma renda, mais próximo de um (+1) é seu coeficiente de concentração; quanto mais progressiva (pró-pobre) é uma renda, mais próximo de menos um (-1) é o coeficiente a ela associado." (p.36)

não fosse verificada esta queda, seria possível a repetição do que aconteceu durante o período do milagre econômico brasileiro: após um período de queda da desigualdade, ela poderia voltar a subir devido à escassa mão de obra qualificada, já que a educação também era um recurso escasso.

Como mencionado anteriormente, a valorização do salário mínimo beneficiou aposentadorias e pensões. A partir da constituição de 1988, o piso para pensões e aposentadorias passou a ser um salário mínimo. Assim, com a valorização continuada e acima da taxa de inflação do salário mínimo, houve grande impacto nos rendimentos de aposentadorias e pensões vinculados ao salário mínimo, o que gerou grandes impactos distributivos para famílias com pessoas da terceira idade e/ou com deficiências.

2. Valorização do Salário Mínimo

A política de valorização do salário mínimo começou efetivamente em 1995, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, e tinha como objetivo reverter as perdas salariais reais sofridas pelos trabalhadores iniciada na década de 1980 até a implantação do Plano Real. Entre 1995 e 2010, o salário mínimo sofreu valorização real de mais de 80%, quase duplicando seu valor real nesse período.²¹

Foi durante o Governo Lula que houve efetiva valorização do salário mínimo acima da inflação. Tal iniciativa foi objetivo de campanha e sofreu fortes pressões das centrais sindicais. Durante os dois primeiros anos de governo, o salário mínimo não obteve grandes aumentos, mas a partir de 2005, com a criação da Medida Provisória 248, o salário mínimo passa a ser ajustado anualmente, tendo como critério de reajuste o repasse da inflação do período entre as correções e o aumento real da variação do PIB brasileiro, com defasagem de dois anos.²²

Tabela 1.

²¹Jungbluth (2010).

²²Jungbluth (2010).

**Valor nominal e real, reajuste nominal e real do SM e taxa de inflação.
Brasil, 1995-2009**

Ano	Salário Mínimo ¹		Variação anual		Inflação (INPC)
	Nominal	Real ²	Nominal	Real	
1995	90,00	249,02	-	-	-
1996	108,00	259,74	20,0	4,3	15,7
1997	117,33	266,34	8,6	2,5	6,1
1998	126,67	277,06	8,0	4,0	3,9
1999	134,00	279,61	5,8	0,9	4,9
2000	147,25	289,19	9,9	3,4	6,5
2001	172,75	315,46	17,3	9,1	8,2
2002	195,00	323,51	12,9	2,6	10,3
2003	230,00	325,77	17,9	0,7	17,3
2004	253,33	337,90	10,1	3,7	6,4
2005	286,67	361,42	13,2	7,0	6,2
2006	337,50	412,22	17,7	14,1	3,7
2007	372,50	437,13	10,4	6,0	4,3
2008	409,17	450,58	9,8	3,1	6,8
2009	460,83	483,12	12,6	7,2	5,4
<i>Variação</i>	<i>412,0</i>	<i>94,0</i>			

Fonte: Ipeadata. Elaboração própria.

Nota 1: Salário mínimo em reais de março de 2010. Índice de inflação utilizado foi o INPC.

O salário mínimo juntamente com a ampliação do setor formal da economia contribuíram de forma significativa para a redução da desigualdade de renda. De acordo com Rocha (2012) as duas variáveis juntas, representam três quartos da queda da desigualdade de renda observada na primeira década do século XXI.

3. Bolsa-Família

O programa Bolsa-Família foi criado em outubro de 2003 com o objetivo de unificar quatro programas sociais de transferência de renda condicionada distintos: o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, o Programa Bolsa Escola Federal, o Bolsa Alimentação e o Vale-Gás. Todos eram geridos por diferentes Ministérios, o que gerava grandes ineficiências. Após a unificação destes quatro programas, o Bolsa-Família passou a ser gerido pelo Ministério do Desenvolvimento Social, sendo a Caixa Econômica Federal o banco responsável por fazer as transferências aos beneficiados.

O Bolsa-Família beneficia famílias em situação de pobreza (renda mensal entre R\$70,00 e R\$140,00) e em situação de extrema pobreza (renda mensal menor que R\$70,00). Qualquer família em situação de extrema

pobreza pode requerer a sua participação no programa. Já as famílias em situação de pobreza devem ter pelo menos um filho de até dezessete anos de idade. Além disso, uma série de condicionalidades deve ser atendida pelas famílias em situação de pobreza: as crianças e adolescentes devem frequentar a escola com um mínimo de 85% de frequência escolar, os pais devem seguir o calendário de vacinação para crianças entre zero e seis anos de idade, e gestantes e mães em amamentação devem seguir a agenda pré e pós natal.

Em princípio, o objetivo do programa era atender onze milhões de família, de forma gradual até o ano de 2006. Tal objetivo foi cumprido, e durante os anos de 2007 e 2008 não houve expansão da cobertura²³, mas em 2009 o número de famílias beneficiárias passou para treze milhões. Em termos monetários, os gastos apenas com as transferências para o ano de 2009 foram de R\$ 12 bilhões (não está incluso gastos com burocracia ou pagamento de funcionários, apenas as transferências), o que representava, na época, 0,5% do PIB (Souza, 2011).

Autores como Soares (2009), Hoffmann (2006, 2010) e Barros (2009) concordam que o Bolsa-Família é eficiente em sua focalização. O programa consegue atingir as famílias em situação de pobreza. Cerca de 80% das famílias atendidas estão nos quatro décimos iniciais. Para as famílias em situação de pobreza do décimo da população mais pobre, o benefício do Bolsa-Família representa 12% do rendimento total, para as famílias que se encontram no quinto décimo, a participação do Bolsa-Família cai para menos de 1%.

O Bolsa-Família tem importante efeito na redução da desigualdade de renda, entretanto ele não é o principal fator de queda em tal desigualdade. O programa possui baixo peso na renda *per capita* das famílias brasileiras, cerca de 0,7% (Soares e Sátyro, 2009), entretanto seu coeficiente de concentração para o índice de Gini é o segundo maior, atrás apenas dos rendimentos do trabalho. Em 2006, seu índice de concentração foi de -

²³Soares, e Sátyro (2009).

0,498²⁴. Soares afirma que o baixo peso na renda e o alto coeficiente de concentração confirmam a boa focalização do Bolsa-Família.

Soares e Sátyro (2009) mostram que com o coeficiente de concentração do parágrafo anterior, o Bolsa-Família foi responsável por 21% da queda da desigualdade de renda entre os anos de 2004 e 2006. Eles também afirmam que o total das transferências sociais focalizadas (Bolsa-Família, Benefício de Prestação Continuada e Aposentadoria Rural), cujo peso é em volta de 1% do PIB (de 2006), contribuíram em cerca de um terço da diminuição da desigualdade. Tal fato comprova a eficácia das transferências governamentais na queda da desigualdade. A eficiência das transferências se deve à progressividade dos benefícios, que está ligado na boa focalização deles.

Barros et al. (2009) afirmam que um aumento do benefício Bolsa-Família é mais efetivo que um aumento no salário mínimo para a redução da pobreza e desigualdade. Soares e Sátyro (2009) discutem sobre o impacto do Bolsa-Família na redução do número de famílias vivendo abaixo da linha da pobreza. Este impacto teve efeito pequeno na redução percentual das famílias abaixo da linha de pobreza, pois os valores transferidos à elas foram abaixo do considerado para a linha de pobreza. Entretanto, houve considerável queda no hiato da pobreza e na sua severidade. Enquanto que a redução percentual de famílias vivendo abaixo da linha da pobreza foi de 8%, a queda no hiato foi de 18% e na severidade foi de 22%.

Os benefícios trazidos pelo Bolsa-Família podem ser assim listados: impactos na frequência escolar, melhoria na saúde das crianças, garantia de que elas não se sujeitem ao trabalho infantil, além das mais importantes redução da pobreza e diminuição da desigualdade de renda. No entanto, o Governo precisa definir quais os próximos passos devem ser tomados. Tomando como exemplo a melhora da frequência escolar das crianças, é necessário que o Governo dê continuidade na melhoria da educação, para que ela seja de qualidade e tenha continuidade, que as crianças não parem de estudar quando chegam no Ensino Médio. O investimento em capital

²⁴Soares, e Sátyro (2009).

humano é fundamental para a continuidade da queda na desigualdade de renda, que ainda é tão acentuada no Brasil.

4. A Formalização do Mercado de Trabalho

A década de 1990 foi marcada por expansão do mercado informal. Tal expansão teve como causa dois fatores macroeconômicos importantes para o período: liberalização econômica e a estabilização dos preços. O baixo e instável crescimento econômico do período contribuiu para queda de salários e crescimento do setor informal do trabalho (Cacciamali, 2010).

A conjuntura econômica internacional do final do século XX, como a expansão da economia chinesa, propiciou o crescimento do PIB, do mercado de trabalho formal e da renda observados na primeira década do século XXI. Além disso, contribuiu para a expansão do mercado de trabalho formal programas de investimento do governo, através de instituições financeiras públicas e do BNDES, e políticas públicas complementares.

De acordo com Maria C. Cacciamali (2010), entre 2002 e 2008, o número de pessoas ocupadas cresceu à uma taxa média de 2,8% ao ano (PNAD – IBGE). Nesse mesmo período, o emprego no setor formal cresceu e reverteu a tendência de queda registrada nas décadas de 1980 e 1990. De um total de 12,63 milhões de postos de trabalho criados, 67,8% foram criados no setor formal da economia. Até o final de 2008, os empregados com carteira assinada representavam 35,4% do total de empregados, índice maior que o observado nas duas décadas anteriores.

Em relação à escolaridade, a PNAD mostrou que indivíduos com escolaridade média ou superior possuíam maior probabilidade de se ocupar do que indivíduos de escolaridade fundamental ou nenhuma escolaridade²⁵. Assim, Cacciamali (2010) afirma que para participar do setor formal é necessário ter pelo menos o nível médio de escolaridade. A expansão do mercado formal e o requisito mínimo de escolaridade de nível médio permite concluir que de fato ocorreu expansão do número de trabalhadores com mais anos de educação.

²⁵Cacciamali (2010).

Outro fator que também contribuiu para a expansão do mercado formal foi a intervenção do governo federal na expansão do crédito às micro e pequenas empresas. O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) ampliou os recursos ao BNDES e às Instituições Financeiras Oficiais Federais (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco da Amazônia e Banco do Nordeste), ampliando a oferta de crédito, o que contribuiu para a expansão de empresas, investimentos em infraestrutura e para o capital de giro. Em outra frente, o MTE criou a Secretaria de Economia Solidária para ajudar formas associativas de produção, como cooperativas (Cacciamali, 2010).

O seguro desemprego também permite avaliar o mercado de trabalho formal, pois ele é garantido apenas aqueles que possuem carteira assinada, além de alguns grupos vulneráveis como os trabalhadores da pesca artesanal, trabalhadores resgatados do trabalho forçado e participantes de bolsa qualificação. Três fatores elevaram o número de segurados na primeira década do século XXI: elevada rotatividade do mercado de trabalho, maior acesso e ampliação dos empregos do setor formal (Cacciamali, 2010).

A expansão do setor formal da economia contribuiu de forma significativa para a redução da desigualdade de renda. O setor formal juntamente com o salário mínimo correspondem, de grosso modo, ao mercado de trabalho, que foi responsável por quase três quartos da queda da desigualdade de renda observada nos anos 2000 (Rocha, 2012).

Conclusão

A desigualdade de renda na América Latina e no Brasil, apesar de ainda ser alta, vem apresentando queda constante, principalmente na primeira década do século XXI. Os avanços econômicos na área contribuíram para tal queda. Além disso, as políticas sociais de distribuição condicionada de renda foram importante fator para a saída da pobreza extrema de muitas famílias.

No Brasil, fatores do mercado de trabalho como a política de valorização do salário mínimo e o crescimento da participação de trabalhadores no setor formal da economia representam a maior contribuição para a melhora da renda das famílias. Estes avanços do mercado de trabalho no Brasil representaram cerca de 66% da queda da desigualdade total.²⁶

O salário mínimo foi responsável por cerca de um quinto da queda da desigualdade. A valorização dele também beneficiou aposentadorias e pensões, pois o piso de ambas é vinculado ao salário mínimo. Já o crescimento do setor formal contribuiu para a maior inserção dos trabalhadores no sistema de seguridade social, aumentando a parcela da população que contribui e que tem direitos aos benefícios.

O Bolsa-Família colaborou de forma mais focalizada na diminuição da pobreza. Apesar de possuir baixo peso na renda per capita das famílias em geral, o benefício representa cerca de 12% do rendimento total das famílias mais pobres. Além disso, entre 2004 e 2006 o Bolsa-Família representou cerca de 21% da queda da desigualdade de renda.²⁷ Como contrapartida, as famílias beneficiárias devem manter as crianças na escola e com as vacinações obrigatórias em dia.

Na América Latina, o mercado de trabalho e os programas de transferência condicionada de renda tiveram as mais variadas participações na queda da desigualdade de renda entre os países. Enquanto em alguns países o mercado de trabalho formal decresceu, em outros ele aumentou. Já a política de valorização do salário mínimo foi um fenômeno observado em todo o continente. Os programas de transferência condicionada de renda se deu de forma variada entre os países. Na maioria das países é necessário a

²⁶Rocha (2012).

²⁷Soares e Satyro (2009).

assiduidade das crianças na escola e visitas das mesmas aos postos de saúde.

O próximo passo para Soares (2010) e Rocha (2012) é estudar como se deve dar continuidade aos programas de transferência de renda. É certo, que pelo menos no Brasil, o número de crianças matriculadas no ensino básico é praticamente 100%, mas uma das preocupações se encontra na quantidade de repetências e abandono quando se chega no sexto ano do ensino fundamental (antiga quinta série) e no primeiro ano do ensino médio. Além disso, a qualidade do ensino público também está aquém do desejado.

Soares (2010), Hoffman (2006), entre outros analisam que para dar continuidade na queda da desigualdade de renda no Brasil, é necessário o investimento imediato na melhora da educação, para não haver a escassez de capital humano, como ocorrido durante a época do milagre econômico brasileiro.

Bibliografia

Bastagli, F. "Poverty, inequality and public cash transfers: lessons from Latin America." *Background Paper for the European Report on Development (ERD) on Social Protection for Inclusive Development, European University Institute, Florence* (2010). Versão disponível em: <http://eprints.lse.ac.uk/36840/>. Visualizado em: 30/04/2013.

Bertranou, F., Maurizio, R. "The role of labour market and social protection in reducing inequality and eradicating poverty in Latin America." (2011). Versão disponível em <http://ssrn.com/abstract=1857705>. Visualizado em: 29/04/2013.

Cacciamali, M. C. "Crescimento econômico, expansão do mercado de trabalho formal e distribuição de renda do trabalho: a primeira década do século XXI". *Trabalho em Questão. Série de Estudos e Pesquisas*. No. 86(2010). Versão disponível em: http://www.nepo.unicamp.br/textos/publicacoes/livros/sep86/sep_86.pdf. Visualizado em: 15/04/2013.

Gasparini, L., Lustig, N. "The rise and fall of income inequality in Latin America." *Handbook of Latin American Economics*, capítulo 28, pp. 218-243 (2011). Versão disponível em: <http://econ.tulane.edu/RePEc/pdf/tul1110.pdf>. Visualizado em: 28/04/2013.

Gavin, M., Hausmann, R., Lora, E., Pagés-Serra, C., Savedoff, W. D., Székely, M., Westley, G. D. "Facing Up to Inequality in Latin America: Economic and Social Progress in Latin America, 1998-1999 Report." *Washington, DC: Interamerican Development Bank* (1998).

Jungbluth, A. "A importância do salário mínimo para a valorização do rendimento do trabalho e para a distribuição de renda." Unicamp(2010). Versão disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000778714>. Visualizado em: 13/04/2013.

Keifman, S. N., Maurizio, R. "Changes in Labour Market Conditions and Policies." Working Paper 2012/14. Washington DC: UN-WIDER (2012). Versão disponível em: <http://ideas.repec.org/p/unu/wpaper/wp2012-14.html>. Visualizado em: 27/04/2013.

Lustig, N., Lopez-Calva, L., Ortiz-Juarez, E. "The decline in inequality in Latin America: How much, since when and why." *Tulane University, Department of Economics*. Working Paper Series 1118 (2011). Versão disponível em: <http://ideas.repec.org/p/tul/wpaper/1118.html>. Visualizado em: 28/04/2013.

Mattei, L. "Notas sobre programas de transferência de renda na América Latina." *IELA/UFSC: Texto para Discussão* no. 10 (2010). Versão disponível em: http://www.iela.ufsc.br/uploads/docs/158_texto10.lauro.pdf. Visualizado em: 27/04/2013.

Maurizio, R. "Labor Market and Income Distribution in Latin America in Times of Economic Growth: Advances and Shortcomings." (2013). Versão disponível em: <http://ssrn.com/abstract=2241049>. Visualizado em: 26/04/2013.

Osorio, R. G., de Souza, P. H. G. F., Soares, S., Oliveira, L. F. B. "Perfil da Pobreza no Brasil e sua Evolução no Período 2004-2009." IPEA. Texto para Discussão no. 1647 (2011). Versão disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=10202%3Atd-1647-perfil-da-pobreza-no-brasil-e-sua-evolucao-no-periodo-2004-2009-&catid=170%3Apresidencia&directory=1&Itemid=1. Visualizado em: 10/04/2013.

Rocha, S. "O Declínio Sustentado da Desigualdade de Renda no Brasil (1997-2009)." *Revista Economia*, edição 13, no. 3a(2012). Versão disponível em: http://www.anpec.org.br/revista/vol13/vol13n3ap629_645.pdf. Visualizado em: 11/04/2013.

Soares, F. V., Soares, S., Medeiros, M., Osório, R. G. "Programas de transferência de renda no Brasil: impactos sobre a desigualdade." IPEA. Texto para Discussão no. 1228 (2006). Versão disponível em:

http://agencia.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4374:td-1228-programas-de-transferencia-de-renda-no-brasil-impactos-sobre-a-desigualdade&catid=308:2006&directory=1. Visualizado em: 12/04/2013.

Soares, S. "A distribuição dos rendimentos do trabalho e a queda da desigualdade de 1995 a 2009." IPEA. *Mercado de Trabalho*, no. 45, pp. 35-40 (2010). Versão disponível em: http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/bmt45_05_nt03_distribuicao.pdf. Visualizado em: 14/04/2013.

Soares, S., Sátyro, N. "Análise do Impacto do Programa Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada na Redução da Desigualdade nos Estados Brasileiros-2004 a 2006." IPEA. Texto para Discussão no. 1435 (2009). Versão disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4751. Visualizado em: 12/04/2013.

Soares, S., Sátyro, N. "O programa bolsa família: desenho institucional, impactos e possibilidades futuras." IPEA. Texto para Discussão no. 1424 (2009). Versão disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4980. Visualizado em: 12/04/2013.

Soares, S., Osório, R. G., Soares, F. V., Medeiros, M., Zepeda, E. "Programas de transferência condicionada de renda no Brasil, Chile e México: impactos sobre a desigualdade." IPEA. Texto para Discussão no. 1293 (2007). Versão disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4852. Visualizado em: 20/04/2013.

Souza, A. P. "Políticas de distribuição de renda no Brasil eo bolsa-família." Fundação Getúlio Vargas. Texto para Discussão no. 281 (2012). Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/9995>. Visualizado em: 09/04/2013.